



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 95/2014**

Altera a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004,  
de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Betesda, com sede e foro no Município de Campo Largo.


**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação Betesda, com sede e foro no Município de Campo Largo.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Ronei



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 190/2014

Acrescenta inciso XI ao art. 6º da Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011, que criou o Fundo Especial de Segurança Pública.

**Art. 1º** O art. 6º da Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011, que criou o Fundo Especial de Segurança Pública, passa a vigorar acrescido de inciso XI com a seguinte redação:

"Art. 6º ...


(...)


XI – Diretor-Geral da Polícia Científica."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator Pastor Casali

  
Prof. Lenor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 181/2014

Declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Dep. Toninho

  
Dep. Lirio



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

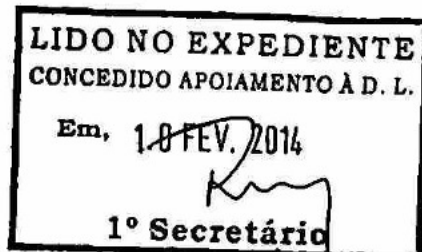
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2014



Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis estaduais.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado do Paraná, obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º As disposições desta Lei Complementar serão aplicadas, no que couber:

- I - às emendas à Constituição;
- II - às leis complementares;
- III - às leis ordinárias;
- IV - aos decretos legislativos;
- V - às resoluções;
- VI - às leis delegadas.

§ 2º Para os fins desta Lei Complementar o termo "leis" compreenderá todos os atos normativos estaduais citados no § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 3º As disposições desta Lei Complementar também poderão ser aplicadas aos atos normativos infralegais.

Art. 2º As leis serão numeradas sequencialmente em séries distintas e obedecerão a critérios de renovação provenientes dos respectivos órgãos de origem.

### CAPÍTULO II DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

#### Seção I Da Estruturação

Art. 3º As leis serão estruturadas em três partes:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

Página 1 de 11





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.



II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando houver.

Art. 4º A epígrafe será escrita com letras maiúsculas, no centro da página, na primeira linha e em negrito, identificando a espécie de lei, seu número e a data de sua promulgação, obedecendo às seguintes regras:

I - não será utilizado o zero antes do número da lei bem como antes do número indicativo do dia na data;

II - o termo "Estadual" será dispensável, por se tratar de lei da mesma federação;

Art. 5º A ementa resumirá com clareza e precisão o conteúdo da lei, observando-se:

I - o seu texto será destacado com deslocamento do centro para a margem direita, sem recuo na primeira linha, sem aspas e com os caracteres na forma minúscula, utilizando-se o verbo na terceira pessoa do singular do presente do indicativo;

II - não deverá constar sigla na ementa, grafando-se por extenso a informação;

III - nos casos em que alterar norma em vigor, será feita referência ao número e ao objeto desta;

IV - o termo "e dá outras providências" só deverá ser utilizado quando a lei contiver providências complementares;

Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal e será grafado com letras minúsculas, em negrito.

Art. 7º A vigência da lei deve ser expressa e obedecerá ao seguinte:

I - tratando-se de matéria de grande impacto a vigência deverá ser futura, com vacância para a assimilação e ajuste de aplicabilidade;

II - em casos de matéria de pequeno impacto a vigência poderá ser imediata, a partir da data da publicação.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



Art. 8º Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não terá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

§ 1º O mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

§ 2º O objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação serão indicados em seu primeiro artigo.

§ 3º O âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva.

## Seção II Da Articulação

Art. 9º A matéria a ser tratada na lei deverá ser desenvolvida, conforme a necessidade, obedecendo à seguinte ordem:

- I - artigo;
- II - parágrafo;
- III - inciso;
- IV - alínea;
- V - item.

Art. 10. A unidade básica de articulação dos textos legais será o artigo, aplicando-se a ele as seguintes disposições:

I - será indicado pela abreviatura Art. com numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;

II - sua numeração será separada do texto por um espaço em branco, sem traços ou outros sinais;

III - seu texto iniciará com letra maiúscula, podendo terminar com:

- a) ponto;
- b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas;

IV - havendo citação de artigo no transcorrer do texto, será usada a abreviatura art. seguindo as mesmas disposições do inciso I deste artigo;

V - tratando-se de remissão a artigo que não contenha indicação numérica, a palavra será escrita por extenso;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.



VI – poderá ser desdobrado em parágrafo e/ou inciso.

Art. 11. O parágrafo compreenderá uma das divisões do artigo, complementando o sentido ou abrindo exceções à norma, e atenderá às seguintes disposições:

I - será representado pelo sinal gráfico §, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhado de ponto, a partir do décimo;

II – quando existente apenas um parágrafo no artigo, será utilizada a expressão parágrafo único por extenso;

III – seu texto iniciará com letra maiúscula, podendo terminar com:

a) ponto;

b) dois pontos, quando se desdobrar em incisos;

IV - sua numeração será separada do texto por um espaço em branco, sem traços, pontos ou outros sinais;

V – poderá ser desdobrado em incisos.

Art. 12. O inciso será usado para exprimir enumerações relacionadas ao *caput* do artigo ou ao parágrafo, possuindo as seguintes regras:

I – será indicado por algarismos romanos seguidos de hífen e separado do algarismo e do texto por um espaço em branco;

II - seu texto iniciará com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, podendo terminar com:

a) ponto e vírgula;

b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas;

c) ponto, caso seja o último;

III – poderá ser desdobrado em alíneas.

Art. 13. A alínea será usada para enumerações relativas ao texto do inciso e seguirá as seguintes regras:

I - será indicada por letras minúsculas, seguindo o alfabeto e acompanhadas de semi-parênteses, separada do texto por um espaço em branco;

II – seu texto iniciará com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, podendo terminar com:



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



- a) ponto e vírgula;
- b) dois pontos, quando se desdobrar em item;
- c) ponto, caso seja a última.

III – poderá se desdobrar em itens.

Art. 14. O item será usado para enumerações relativas ao texto da alínea, obedecendo às seguintes disposições:

I – será representado por algarismos arábicos, seguidos de ponto e separado do texto por um espaço em branco;

II – seu texto iniciará com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, podendo terminar com:

- a) ponto e vírgula;
- b) ponto, caso seja o último.

Art. 15. O agrupamento de artigos constituirá Subseção; o de Subseções, Seção; o de Seções, Capítulo; o de Capítulos, Título; o de Títulos, Livro; e o de Livros, Parte, atendendo às seguintes regras:

I - as Subseções e as Seções serão identificadas por algarismos romanos, postas em negrito e iniciando com letra maiúscula;

II - os Capítulos, os Títulos, os Livros e as Partes serão identificados por algarismos romanos, sem negrito e grafados em letras maiúsculas;

III – as Partes poderão se desdobrar em Parte Geral e Parte Especial ou serem subdividas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso.

Parágrafo único. A composição prevista no *caput* deste artigo poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais e Disposições Transitórias.

## Seção III Da Redação

Art. 16. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observado o seguinte:

I - para obtenção de clareza:

a) usar as palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

Página 5 de 11



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.



b) usar uma frase por artigo, de forma curta e concisa;

c) construir as orações na ordem direta, evitando o preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo futuro do presente ou presente do indicativo;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinônimos com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que possibilite duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais e palavras estrangeiras;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar as palavras e as expressões em latim ou em outras línguas estrangeiras em itálico;

g) expressar valores monetários em algarismos arábicos, seguidos de sua indicação por extenso, entre parênteses;

h) exceto data, número de ato normativo, valores monetários e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto, quaisquer referências a números, percentuais e prazos observará a regra:

1. quando a forma extensa formar apenas uma palavra, o número será grafado apenas por extenso;

2. nos casos em que formar duas ou mais palavras, deverá constar o número cardinal seguido do extenso entre parênteses;

i) empregar nas datas as seguintes formas:

1. os números não serão precedidos de zero;

Página 6 de 11





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



2. nas referências ao primeiro dia do mês, será utilizado número ordinal;

3. a indicação dos anos será grafada sem o ponto entre as casas do milhar e da centena;

j) fazer a remissão aos atos normativos das seguintes formas:

1. na ementa, no preâmbulo, na primeira remissão e na cláusula de revogação a lei será grafada indicando o seu número, com ponto entre as casas do milhar e da centena, seguido de vírgula e da data de promulgação, com dia e ano em algarismos arábicos e mês por extenso;

2. após a primeira remissão, a lei deverá ser grafada indicando o seu número, com ponto entre as casas do milhar e da centena, seguido de vírgula, da expressão "de" e do ano em algarismo arábico;

k) na remissão a partes da lei, transcrever o número do item, alínea, inciso ou paragrafo citado, evitando-se o termo "anterior" ou "posterior";

l) quando houver cláusula que fixe o dia da publicação como termo inicial de vigência da lei, deve ser utilizada a fórmula "entra em vigor na data de sua publicação.";

m) a remissão em uma lei para outra lei não deve ter referência específica quando a lei é da mesma unidade da federação, especificando-se nas leis estaduais apenas quando se tratar de lei municipal, federal ou de outro estado;

n) na citação de leis, indicar o seu número e não apenas o nome da norma;

o) não usar cláusula orçamentária;

III - para obtenção de ordem lógica:

a) restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio;

b) as citações de dispositivos legais deverão ocorrer na ordem inversa descrita nos incisos constantes no art. 9º desta Lei, do menor para o maior.

Art. 17. Quando a norma cominar sanção pecuniária, a mesma deve ser fixada em Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR, estabelecida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, e Lei Federal nº 9.069, de 29 de junho de 1995.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.



## Seção IV Da Alteração

Art. 18. A alteração das leis será feita por meio de substituição no próprio texto do dispositivo alterado ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

I - não pode ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;

II - é vedada a renumeração de artigos ou unidades a ele superiores;

III - para o acréscimo de novos dispositivos entre os preceitos legais em vigor será utilizado o mesmo número do imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, sem a utilização de símbolos ou traços entre o preceito e a letra e com ponto em seguida da letra apenas quando o dispositivo for numerado de forma cardinal;

IV - é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, devendo a lei alterada manter esta indicação, seguida da expressão "revogado", "vetado", "declarado inconstitucional", conforme o caso;

V - o artigo em que houver dispositivo modificado deverá ser identificado, ao seu final, com as letras maiúsculas NR, que significam nova redação, entre parênteses;

VI - o texto legal deve ser reproduzido integralmente quando a alteração atingir a maioria dos artigos ou quando tenha sido precedida de sucessivas modificações no texto;

VII - nas citações de dispositivo legal não é necessária a transcrição das alterações nele ocorridas anteriormente.

## Seção V Da Revogação

Art. 19. A cláusula de revogação, quando necessária, indicará expressamente as leis ou disposições legais revogadas, não sendo permitida a revogação genérica.

Art. 20. Na hipótese de revogação de várias leis, cada dispositivo a ser revogado deverá constar em um inciso.

Art. 21. Não poderão ser revogadas unidades inferiores ao artigo, sendo necessária, nesse caso, a alteração do mesmo.

Art. 22. A cláusula de revogação será disposta sempre após a cláusula de vigência da lei, excetuando-se os casos em que a lei for revogatória.

Página 8 de 11



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



## CAPÍTULO III DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Art. 23. A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes à determinada matéria em um único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

Parágrafo único. As leis estaduais devem ser reunidas em codificações e em coletâneas integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo, juntamente com a Constituição Estadual, a Consolidação das Leis Estaduais Paranaenses.

Art. 24. A consolidação preservará o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, que poderão ser alterados nos seguintes casos:

- I – introdução de novas divisões do texto legal base;
- II – diferente colocação e numeração dos artigos consolidados;
- III – fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;
- IV – atualização da denominação de órgãos e entidades da Administração Pública;
- V – atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados;
- VI – atualização do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão prevista no art. 16 desta Lei, ou outro que legalmente venha a lhe substituir;
- VII – eliminação de ambiguidades decorrentes do mau uso da língua portuguesa;
- VIII – homogeneização terminológica do texto;
- IX – supressão expressamente fundamentada de dispositivos declarados inconstitucionais com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base.

Art. 25. No texto da lei de consolidação deverá constar a declaração expressa dos dispositivos por ela revogados.

Art. 26. Para a consolidação, o Poder Legislativo promoverá o levantamento da legislação estadual em vigor e formulará o competente projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados.

Página 9 de 11





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.




Parágrafo único. A Comissão Executiva, qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná poderá formular projeto de lei de consolidação.

## CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

Art. 28. Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 0 de fevereiro de 2014.

  
PEDRO LUPION  
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



O constituinte Estadual, assim como o Federal (1988), ao tratar do tema "processo legislativo" estabeleceu no art. 63, parágrafo único<sup>1</sup> a necessidade de se editar Lei Complementar que dispusesse sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No plano federal, dando-se cumprimento ao comando constitucional, foi aprovada a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual estabeleceu normas gerais e estabeleceu um padrão para a atividade legiferante.

Já no plano estadual, não obstante haver previsão constitucional expressa para a edição de Lei Complementar tratando do tema, há uma vacância legislativa, considerando inexistir qualquer legislação estadual neste sentido.

Atualmente, o Estado do Paraná, utiliza por analogia a Lei Complementar nº 95, de 1998, por não conter legislação específica que regule a matéria.

No entanto, para suprir a vacância de uma legislação de técnica legislativa estadual, faz-se necessária a apresentação do presente Projeto de Lei Complementar, visando padronizar a técnica de elaboração das leis no âmbito estadual.

Ademais, conforme se denota, a proposta de se consolidar a legislação estadual, é técnica que tem se mostrado eficiente em vários entes federados, a exemplo do Estado de São Paulo.

<sup>1</sup> Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos;
- V - resoluções;
- VI - leis delegadas.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2014**

Projeto de Lei nº 02/2014  
Autor: Deputado Pedro Lupion

**Súmula:** Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis estaduais.

**EMENTA:** PROCESSO LEGISLATIVO. ELABORAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS. POSSIBILIDADE. ARTS. 63, PAR. ÚNICO E 65 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AUFERIDAS. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa disciplinar o processo legislativo estadual, a fim de disciplinar a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do Art. 63 da Constituição do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**  
(grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)**

Observa-se da justificativa do nobre Deputado, autor do projeto (fls. 12): "No plano federal, dando-se cumprimento ao comando constitucional, foi aprovada a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual estabeleceu normas gerais e estabeleceu um padrão para a atividade legiferante. Já no plano estadual, não obstante haver previsão constitucional expressa para a edição de Lei Complementar tratando do tema, há uma vacância legislativa, considerando inexistir qualquer legislação estadual neste sentido."

Diante do exposto, sobre o assunto elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, prevê a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 63, parágrafo único, que caberá à lei complementar dispor sobre tal matéria, conforme adiante transcrito:

**Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:**

- I - emendas à Constituição;**
- II - leis complementares;**
- III - leis ordinárias;**
- IV - decretos legislativos;**
- V - resoluções;**
- VI - leis delegadas.**

**Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.** (grifo nosso)

Assim, perfeitamente possível, o presente projeto disciplinar sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, posto que, tanto a matéria quanto à via legal resta amparada constitucionalmente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



No que diz respeito à técnica legislativa, a mesma se encontra ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, não havendo óbices que impeçam a tramitação do presente projeto.

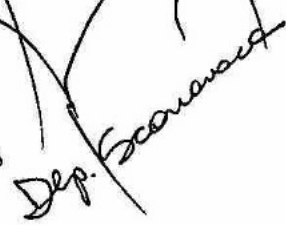
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

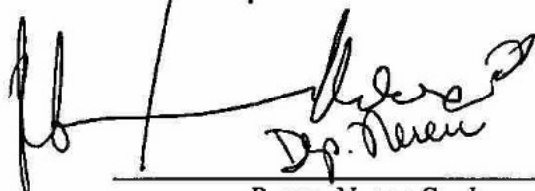
  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR


  
Dep. Scaramuzza

  
Dep. Pericles

  
Dep. Turiani

  
Dep. Scarpion

  
Dep. Nereu

**APROVADO**  
08/04/14 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 02  
DAP 06 MAIO 2014  
Visto Claudia



**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº  
02/2014**


Suprime a alínea "o", do inciso II,  
do art. 16 e o art. 21 do Projeto de  
Lei Complementar nº 02/2014.


**Art. 1º.** Suprime-se a alínea "o", do inciso II, do art. 16 do Projeto de Lei Complementar nº 02/2014.

**Art. 2º.** Suprime-se o art. 21 do Projeto de Lei Complementar nº 02/2014, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

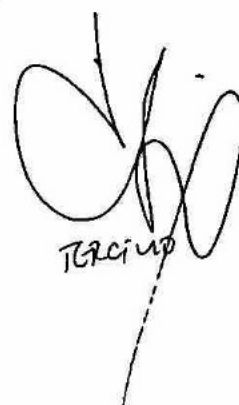
Sala das Sessões, 06 de maio de 2014.

  
**Deputado Ademar Traiano**

  
NEY LEREVOST

  
ROSÁRIO

  
P. GIBSON

  
TARCISO

  
Luiz Jacovi



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, em data de 06 de maio de 2014, em segunda discussão, o referido projeto de lei recebeu Emenda Supressiva durante a Sessão Plenária. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do **Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

No mesmo contexto, o Art. 137 do Regimento Interno classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva, senão vejamos:

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Desta forma, verifica-se que a emenda apresentada em Plenário está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Supressiva**, haja vista estar em consonância com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

Tercieiro Turini

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

**APROVADO**

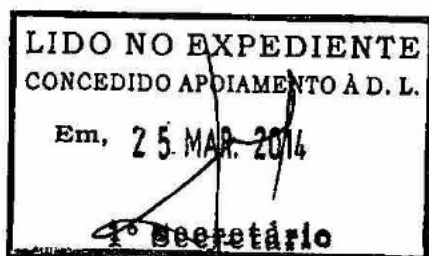
20/05/14 R



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
Gabinete Deputado Gilberto Martin



**PROJETO DE LEI Nº 146/14**



Institui no Estado do Paraná o dia 15 de dezembro, como o "DIA ESTADUAL DO ATIRADOR ESPORTIVO".

Art. 1º - Institui no Estado do Paraná, o dia 15 de dezembro, como o "Dia Estadual do Atirador Esportivo".

Art. 2º - Este dia tem por objetivo homenagear os praticantes do tiro esportivo.

Art. 3º - O evento ora instituído passará a constar do Calendário Oficial do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 2014.

GILBERTO MARTIN  
Deputado Estadual

14:42 25/03/2014 00:12:99 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**JUSTIFICATIVA:**

A data anual proposta, 15 de dezembro, foi escolhida em alusão à conquista da primeira medalha de ouro para o Estado do Paraná.

A história desportiva paranaense tem seu primeiro grande marco vitorioso com a conquista, em 15 de dezembro de 1950, da primeira medalha de ouro para o Paraná, em uma prova oficial. O feito foi alcançado pelo atleta Marcos José Olsen, no Tiro Esportivo.

Trata-se da primeira ocasião em que o esporte do estado obteve, numa competição oficial, a máxima colocação, conquistando a até então inédita medalha de ouro.

Ao longo dos anos, o Tiro Desportivo evoluiu bastante, é fato.

Hoje o estado do Paraná é representado por 1334 atletas em diversas modalidades, divididos em duas Federações e 47 clubes espalhados pelo estado.

Ainda permanece estigmatizado por setores desinformados da sociedade civil e contando com o esforço abnegado de seus praticantes, que não raro alcançam expressivas conquistas nos torneios nacionais e internacionais de que participam, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento esportivo estadual e nacional.

Desse modo, a fim de se preservar o registro histórico da primeira medalha de ouro paranaense, rendendo a merecida homenagem ao seu detentor, à modalidade esportiva à qual se dedica e aos seus atuais praticantes, é que se propõe a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
Gabinete Deputado Gilberto Martin



instituição de um dia no calendário estadual em seu reconhecimento, a ser comemorado, exatamente, no dia de sua maior conquista.

A presente proposição surgiu de sugestão do atirador Paranaense Sergio Maia Ricci Filho, discípulo do homenageado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 146/2013**

Projeto de Lei nº. 146/2013

Autor: Deputado Gilberto Martin.

Súmula: Institui no Estado do Paraná o dia 15 de dezembro, como o "Dia Estadual do Atirador Esportivo".

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DO ATIRADOR ESPORTIVO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Martin, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia do Atirador Esportivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 01 de abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

Dep. Pericles

Dep. Lupini

Dep. Leupion

APROVADO  
01/04/14

Dep. Tadeu



Emenda de Plenário nº 01  
DAP 29 ABR. 2014  
Visto  
Asssembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 146/2014

Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 146/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:


"Institui o Dia Estadual do Atirador Esportivo, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.

Art. 1º Institui o Dia Estadual do Atirador Esportivo, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.


Art. 2º O evento ora instituído passa a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.


Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de abril de 2014.

  
RASCA RODRIGUES  
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

  
ROSE LITAÓ

  
Sugere-se a presente emenda a fim de esclarecer o objetivo do Projeto bem como para adequá-lo às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

  
NELSON LUERSEN



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 146/2014

Projeto de Lei nº 146/2014

Emenda Substitutiva Geral de Plenário

**Súmula:** Institui o Dia Estadual do Atirador, Esportivo, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.

**EMENTA:** EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 141, I E 137, §2º, REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA.

### PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do deputado Gilberto Martin, tem por objetivo instituir o Dia Estadual do Atirador, Esportivo, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, em data de 29 de abril, o ora projeto de lei recebeu Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**(...)**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Dessa forma, verifica-se que o Substitutivo Geral apresentado encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Substitutiva Geral de Plenário.**

Sala das Comissões, em 20 de maio de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

APROVADO

20/05/14

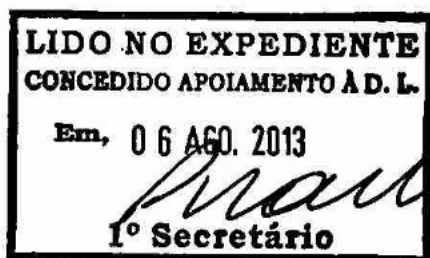


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 341/13




Declara de Utilidade Pública o Centro de Avaliação Diagnóstica Educacional de Paranaguá – CADEP - com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública do Centro de Avaliação Diagnóstica Educacional de Paranaguá – CADEP -, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2013.

  
NEY LEPREVOST  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA

O Centro de Avaliação Diagnóstica Educacional de Paranaguá é uma instituição sem fins lucrativos, que tem a finalidade intervir precocemente nas necessidades e peculiaridades que comprometem o desenvolvimento global do indivíduo, investigando seu funcionamento e identificando a natureza e a extensão da dificuldade. Visa fornecer dados em caráter multidisciplinar para favorecer o seu desenvolvimento sócio-educacional.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 341/2013**

Projeto de Lei nº. 341/2013  
Autor: Deputado Ney Leprevost

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **CENTRO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EDUCACIONAL DE PARANAGUÁ- CADEP**, com sede e foro no Município de Paranaguá.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **CENTRO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EDUCACIONAL DE PARANAGUÁ- CADEP**, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pág. 668

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.




Sala das Comissões, em 24 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
Dep. Paulo

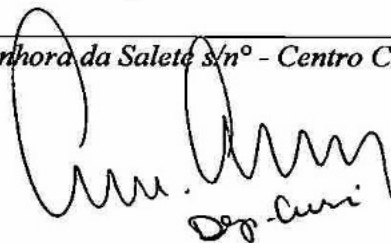
  
Dep. Leuphion

  
Dep. Turini  
  
Dep. Lator  
  
Dep. Feres

**APROVADO**

24/09/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Luri